

XVI - Concurso - 1ª Prova -



1ª Etapa

22.10.94

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

XVI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e DIREITO COMERCIAL.

1ª ETAPA

I N S T R U Ç Õ E S

- I. Verifique se este caderno de prova contém 50 questões;
- II. Assinale somente a alternativa que entender correta;
- III. Conforme determinação do E. Tribunal Superior do Trabalho, na Resolução Administrativa nº 73/91, em seu artigo 15 § 2º, as questões terão o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que acertar pelo menos 50 questões nas duas etapas;
- IV. Use somente caneta esferográfica azul;
- V. O tempo mínimo de permanência na sala é de 1 (uma) hora;
- VI. O penúltimo candidato a terminar a prova deve aguardar o último para saírem da sala concomitantemente;
- VII. A duração da prova é de 4 (quatro) horas.

B O A P R O V A !

COMISSÃO DO CONCURSO

JUIZ RUBENS TAVARES AIDAR - Presidente

JUIZ JAMIL ZANTUT

Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JÚNIOR - membro da OAB

Suplentes: JUIZ OCTÁVIO PUPO NOGUEIRA FILHO

JUIZ DÉLVIO BUFFULIN

Dr. MILTON BASAGLIA - membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

JUIZ FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente

JUIZ CARLOS ORLANDO GOMES

Dr. ELI ALVES DA SILVA - membro da OAB

Suplentes: JUIZ AMADOR PAES DE ALMEIDA

JUIZ FLORIANO CORRÊA VAZ DA SILVA

Dr. PAULO DE OLIVEIRA SOARES - membro da OAB

DIREITO DO TRABALHO

- 1) Jornalista. Descanso exigido entre duas jornadas de trabalho:
 - a) onze horas.
 - b) dez horas.
 - c) vinte e quatro horas.
 - d) doze horas.
- 2) Menor aprendiz. Aprendizagem iniciada com 12 anos completos e terminada com 15 anos.
 - a) não existe contrato de trabalho.
 - b) existe contrato de trabalho somente no último ano.
 - c) existe contrato de trabalho durante os três anos.
 - d) existe contrato somente nos últimos dois anos.
- 3) Empregado foi contratado em período de festas do final do ano sem prazo estipulado. Indicar a alternativa correta, sabendo-se que o pagamento era efetuado semanalmente e que trabalhou durante dois meses.
 - a) O aviso prévio é de 8 dias.
 - b) Se não tem estipulação de prazo, mas fora contratado em período de festas é de subentender-se que se trata de contrato por prazo determinado. Não há falar em aviso prévio.
 - c) Aviso prévio de 30 dias.
 - d) De conformidade com a nova Constituição o aviso prévio será proporcional.
- 4) Menor aprendiz. Ambiente insalubre. Indicar alternativa correta.
 - a) Menor aprendiz não poderá trabalhar em ambiente insalubre.
 - b) Menor aprendiz poderá trabalhar em ambiente insalubre se for maior de 14 anos.
 - c) A Lei excepciona para a espécie e o menor poderá trabalhar ainda que menor de 14 anos.
 - d) O menor deverá ter 14 anos ou mais e possuir autorização do pai, tutor ou curador ou a quem estiver afeto o patrio poder.
- 5) Trabalhador temporário. Prazo máximo do contrato.
 - a) Não há prazo máximo, pois dependerá da necessidade eventual.
 - b) Prazo máximo de três meses, podendo ser excedido mediante autorização do Ministério do Trabalho.
 - c) Prazo máximo de 6 meses, com direito a uma prorrogação.
 - d) Prazo máximo de 90 dias, prorrogável por única vez.
- 6) Aeroviário. Foi transferido para prestar serviços em outro lugar, onde permaneceu por 180 dias e depois retornou. Indicar a resposta correta.
 - a) Em sendo a transferência provisória faz jus ao adicional.
 - b) Transferência superior a 179 dias é definitiva. Não faz jus.
 - c) Transferência superior a 150 dias é definitiva. Não faz jus.
 - d) Transferência superior a 120 dias é definitiva. Não faz jus.
- 7) Empregado contratado por prazo determinado sofre acidente de trabalho durante a vigência do contrato.
 - a) Contrato vence-se imediatamente.
 - b) Contrato suspende-se até o empregado ser considerado apto ao trabalho e prosseguirá depois até o vencimento. Empregador paga os primeiros 15 dias.
 - c) Empregador paga os primeiros quinze dias e dá o contrato por terminado.
 - d) Empregador paga os primeiros 15 dias e dá o contrato por terminado no seu respectivo vencimento.
- 8) Requisitos que caracterizam o empregador, excepcionando o "empregador doméstico".
 - a) finalidade lucrativa e obrigatoriedade de possuir um ou mais estabelecimento.
 - b) finalidade lucrativa ou não, podendo existir ou não estabelecimento.
 - c) finalidade lucrativa ou não; imprescindível a existência de estabelecimento porque o patrimônio da empresa é que garante o crédito trabalhista.
 - d) finalidade lucrativa, podendo possuir ou não estabelecimento.
- 9) Empregado fora contratado para trabalhar como vendedor em loja de calçados, mediante comissão sobre as vendas que viesse a efetuar. Em se cuidando de loja de grande movimento, pergunta-se se o empregador estará obrigado a garantir o pagamento do salário mínimo, obrigação que não restou pactuada.
 - a) Não. A garantia de pagamento de salário mínimo somente seria devida se o empregado percebesse parte fixa e parte variável.
 - b) Não. Deverá receber de acordo com as vendas efetuadas, já que essa fora a avença das partes (pacta sunt servanda).

- c) Deverá o empregador garantir o mínimo naqueles meses em que o ganho do empregado for menor. Poderá ressarcir-se naqueles meses em que o ganho do empregado for superior ao mínimo.
 - d) O empregador deverá garantir o salário mínimo sempre que o volume de vendas não seja de molde a proporcionar ganho igual ou maior.
- 10) Durante o período aquisitivo de férias, o empregado faltou cinco (5) dias consecutivos por doença, sem oferecer à empresa qualquer justificativa. Mesmo assim a empresa justificou as faltas, mas não efetuou o pagamento de salário correspondente aqueles dias.
- a) As férias serão normais de 30 dias;
 - b) Se foram justificadas, ainda que não pagos os dias, tem direito às férias normais de 30 dias. Essa fora a intenção da empresa.
 - c) Faltas justificadas mas não pagas equivalem a não justificação. As férias serão proporcionais.
 - d) Faltas justificadas ou não justificadas não interferem nas férias.

PROCESSO DO TRABALHO

- 11) Embargos declaratórios. Ao decidir o magistrado afirmou que determinada lei estava revogada. A lei não está revogada.
- a) Cabível embargos declaratórios por erro de fato.
 - b) Incabível embargos declaratórios.
 - c) Cabível face à contradição entre o decidido e a fundamentação.
 - d) Cabível face à contradição.
- 12) Fazenda Pública. Sucumbente não recorreu voluntariamente. Recurso de ofício (princípio da indisponibilidade). Prazo para recurso adesivo, tendo em vista que pende embargos declaratórios.
- a) 8 dias da intimação da sentença de mérito.
 - b) 8 dias da intimação da sentença de embargos.
 - c) Em se tratando de Poder Público sucumbente não cabe recurso adesivo nunca.
 - d) Não cabe o recurso adesivo.
- 13) Sindicato autor da ação na condição de substituto processual:
- a) Tem direito aos honorários advocatícios na forma da Lei 5.584/70.
 - b) Em não sendo parte não pode pretender honorários.
 - c) O sindicato é parte mas não tem direito aos honorários.
 - d) Os honorários são devidos ao substituído titular do direito substancial.
- 14) Qual o princípio que informa a execução? Indicar alternativa.
- a) o da razoabilidade.
 - b) o da oralidade.
 - c) o da inquisitorialidade.
 - d) o da imediatidade.
- 15) Antes de prolatada a sentença em fase de conhecimento, o autor conseguiu, através de cautelar incidente, o arresto de um imóvel. Contra o arresto foram ajuizados embargos de terceiro que foram julgados procedentes. Indicar alternativa correta.
- a) Incabível qualquer recurso, podendo o interessado pleitear o arresto de outro bem que pertença à empresa demandada.
 - b) Cabível o recurso ordinário.
 - c) Cabível o agravo de instrumento.
 - d) Cabível o agravo de petição, vez que a cautelar tem por objetivo prover para uma futura execução.
- 16) Empregador doméstico. Representatividade perante reclamatória trabalhista.
- a) Do chefe da sociedade conjugal.
 - b) Da mulher, quando ausente ou impedido o marido por algum motivo ponderoso.
 - c) Por qualquer pessoa da família e até mesmo pelo mordomo ou governanta se houver.
 - d) Pelo marido ou pela mulher.
- 17) Trabalhador analfabeto outorgou procuração por instrumento particular ao advogado, mediante a assinatura de duas testemunhas instrumentárias, reconhecendo-lhes as respectivas firmas em cartório. Indicar alternativa correta:
- a) A procuração outorgada é de nenhum valor para poderes especiais.
 - b) A procuração assim outorgada atende aos preceitos do art. 70 da Lei número 4.215/63 e art. 37, paragrafo unico do CPC.
 - c) O analfabeto possui firma e pode outorgar procuração desde que assinem duas testemunhas.
 - d) O analfabeto não possui firma.

- 18) Houve sucumbência de ambas as partes. A empresa não recorreu e apenas um litisconsorte recorreu. Tendo em conta que o litisconsorte recorrente não atacou toda a matéria sucumbente, pergunta-se se o outro litisconsorte poderá recorrer adesivamente.
- Outro litisconsorte poderá apresentar recurso adesivo, posto que matéria sumulada.
 - O litisconsorte não poderá recorrer adesivamente posto que não aplicável ao processo do trabalho.
 - Desnecessário será o recurso adesivo face ao art. 515 do CPC (ex vi do art. 769 CLT).
 - O litisconsorte não poderá recorrer adesivamente.
- 19) Execução. Diversos executados com advogados distintos. Prazo para embargos e início da contagem.
- O prazo é de cinco (5) dias e o início da contagem do prazo é da intimação da penhora a cada executado.
 - O prazo é de cinco (5) dias e o início da contagem do prazo é da intimação da última penhora.
 - O prazo é em dobro e a contagem tem início da intimação da penhora de cada executado.
 - O prazo é em dobro e a contagem tem início da intimação da penhora ao último executado.
- 20) "A" trabalhou para a empresa "B" durante vários anos sem registro. Ajuizou ação para que a Justiça do Trabalho declarasse o vínculo empregatício no período que indica. A empresa se defende e reconven no sentido de que, se declarado o vínculo, o trabalhador deverá ressarcir prejuízo, dolosamente, causado à empresa. Indicar alternativa correta:
- A reconvenção tem cabimento em ação declaratória.
 - A reconvenção não tem cabimento em ação declaratória.
 - A reconvenção não tem cabimento por falta denexo causal com a ação principal.
 - Em sendo a ação trabalhista de procedimento sumaríssimo, incabível é a reconvenção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 21) Acidente do trabalho. Ação proposta contra o INSS. Levando-se em conta a declaração de inconstitucionalidade do art. 240, letras "d" e "e" da Lei 8.212/90, indicar a hipótese correta:
- competência da justiça comum.
 - competência da justiça federal.
 - competência da justiça do trabalho.
 - antes da declaração de inconstitucionalidade a competência será da justiça do trabalho, depois da justiça federal.
- 22) Liquidação de sentença. Atualizados os cálculos e homologados, indique o remédio processual cabível.
- apelação.
 - agravo de instrumento.
 - embargos à execução.
 - agravo retido.
- 23) Jurisdição voluntária. Reconvenção.
- A reconvenção é cabível em qualquer jurisdição.
 - A reconvenção é ação autônoma e será devida se presentes os requisitos, o que não ocorre na jurisdição voluntária.
 - Em não sendo a reconvenção ação autônoma, mas dependente de uma outra ação, mesmo assim é cabível.
 - Se mesmo extinta a ação principal poder-se-á prosseguir com a reconvenção, esta terá cabimento em qualquer situação.
- 24) Hasta Pública. Bem de incapaz é penhorado e levado à praça. Indicar a resposta correta.
- o bem será arrematado pelo maior lance.
 - o bem será arrematado pelo valor de avaliação.
 - o bem será arrematado se conseguir 80% do valor de avaliação.
 - o bem de incapaz não poderá ser penhorado.
- 25) Advogado dativo contesta por negação geral.
- Sem qualquer valor contestação assim lançada. Revel, pois.
 - A contestação por negativa geral equivale a não contestar, mas induz apenas a confissão.

- c) O advogado dativo poderá contestar por negação geral e torna os fatos controvertidos.
- d) O advogado dativo poderá contestar por negação geral mas não torna os fatos controvertidos. Disso resulta que somente poderá fazer contraprova.
- 26) Competência. Aplicação dos critérios de exclusividade e de cumulatividade.
- a) a exclusividade e cumulatividade se excluem.
- b) a exclusividade se dá entre juizes de comarcas diversas e a cumulatividade entre juizes de uma mesma comarca.
- c) a exclusividade se dá entre juizes de uma mesma comarca e a cumulatividade entre juizes de comarcas diversas.
- d) a exclusividade poderá ser deslocada pela prevenção e pela continência a cumulatividade não.
- 27) Bem de família. Exaurida a execução pela alienação do bem penhorado. Penhora efetuada antes da vigência da Lei 8.009/90. Indicar a hipótese correta:
- a) Exaurida a execução, cabe à parte pleitear a nulidade de todos os atos e a devolução de bem à família.
- b) Exaurida a execução com a alienação do bem penhorado, a lei não mais incide.
- c) A Lei 8.009/90 só tem aplicação da sua vigência.
- d) A Lei 8.009/90 pode retroagir e alcançar os atos já consumados. O juízo monocrático poderá considerar ineficazes os atos praticados.
- 28) Um recurso fora considerado deserto por haver a parte procedido ao preparo, utilizando a contagem do prazo em dobro. Sabendo-se que se cuidava de litisconsórcio com diferentes procuradores, indicar a alternativa correta:
- a) Com ou sem litisconsortes, o preparo deve ser efetuado no prazo normal para todo e qualquer recurso.
- b) O prazo dobrado é para contestar e para recorrer. Nada mais.
- c) A lei prevê o prazo em dobro para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
- d) A lei não prevê nenhuma regalia de prazo para o litisconsórcio.
- 29) A Fazenda do Estado ajuizou cautelar de arresto e requereu que o pedido fosse deferido sem justificativa prévia. Indicar alternativa correta, tratando-se de dívida fiscal.
- a) A medida será deferida sem justificativa prévia, desde que presentes os pressupostos.
- b) A medida será deferida, ainda que ausentes os pressupostos, desde que provada a inscrição da dívida fiscal, vez que a Fazenda goza de presunção de veracidade.
- c) A concessão do arresto, ainda que presentes os pressupostos legais, está contido no poder discricionário do Juiz.
- d) A concessão do arresto, sem justificativa prévia, depende sempre de necessidade urgente, mediante comprovação objetiva. Não lhe dá suporte o simples temor subjetivo. Não há falar em presunção.
- 30) "A" moveu ação contra "B" para discutir a posse de determinado imóvel. Prolatada a sentença e deferida a reintegração de posse a "B", este imediatamente transferiu a propriedade para "C", a título particular, sem contudo dar-lhe ciência da pendência judicial. Ao tomar conhecimento dos acontecimentos "C" ajuizou embargos de terceiro para defender os seus direitos. Indicar alternativa correta.
- a) "C" é terceiro de boa-fé e escolheu o meio processual correto.
- b) "C" é terceiro de boa-fé, mas o remédio processual escolhido não foi o correto.
- c) "C" não é terceiro e, portanto, não poderia usar dos embargos de terceiro.
- d) "C" é terceiro e "B" deverá ser denunciado à lide.

DIREITO CIVIL

- 31) Fiança concedida pelo marido sem a outorga uxória. Legitimidade para pedir a anulação do ato.
- a) É do marido como administrador da sociedade conjugal.
- b) É do marido ou da mulher, isoladamente.
- c) É do marido e da mulher conjuntamente.
- d) É da mulher ou dos herdeiros, isoladamente.
- 32) "A" é fiador de "B" perante "C". "B" mostra-se inidôneo para solver a dívida em seu vencimento. Por esse motivo "A" foi executado. Indicar a hipótese correta, sabendo-se que "A" também é credor de "C".

- a) O devedor, deverá ser executado, ainda que insolvente.
 - b) "A" poderá invocar a sua qualidade de credor e pedir a compensação.
 - c) "A" não poderá invocar a sua qualidade de credor e pedir a convocação.
 - d) Em sendo a compensação instituto de direito processual "A" poderá invocá-la.
- 33) Companheiro de concubina falece e deixa um sítio. Com vistas ao usufruto, indicar a alternativa correta:
- a) A concubina tem direito ao usufruto sobre o bem.
 - b) Concubina não tem direito a usufruto.
 - c) O usufruto somente é devido aos herdeiros menores de 21 anos.
 - d) A concubina não tem direito ao patrimônio do falecido e, por consequência, não tem direito ao usufruto.
- 34) Vários condôminos em propriedade comum venderam as suas partes sem dar a um dos condôminos o direito de exercitar o seu direito de preferência. Com a morte do condômino lesado o herdeiro poderá:
- a) anular todas as vendas por vício de consentimento.
 - b) anular todas as vendas por haver sido impedido o proprietário originário de exercitar direito de preferência.
 - c) não há falar em nulidade face ao consentimento tácito, já que nenhuma providência fora tomada pelo condômino após a venda.
 - d) Não há falar em nulidade, já que o direito de preferência não se transfere ao herdeiro.

DIREITO COMERCIAL

- 35) Cia. Algodoeira do Nordeste Brasileiro: indicar alternativa correta sobre a espécie de sociedade.
- a) Sociedade anônima.
 - b) Sociedade em conta de participação.
 - c) Sociedade em nome coletivo.
 - d) Cuida-se de "limitada" com "denominação social".
- 36) Duplicata não aceita. Foi levada a protesto sem a entrega de comprovante da entrega da mercadoria. Indicar hipótese correta.
- a) Constitui título executivo extrajudicial.
 - b) A ausência de comprovante de entrega da mercadoria não permite a formação de título executivo extrajudicial.
 - c) O simples protesto, ainda que não aceita a duplicata, lhe dá a dignidade de título executivo judicial.
 - d) Com o ato de protesto tem-se o título executivo judicial.
- 37) Várias pessoas, comerciantes e não comerciantes, se uniram para a formação de uma sociedade "em conta de participação". Indicar alternativa correta:
- a) Deverá ser registrada no órgão competente e responsável são todos os sócios solidariamente.
 - b) Não está sujeita às formalidades prescritas para a formação de outras sociedades e somente o sócio ostensivo responde perante terceiros.
 - c) Deverá ser registrada no órgão competente e somente o sócio ostensivo responde perante terceiros. Os demais respondem ao sócio ostensivo.
 - d) Nenhuma das alternativas.
- 38) Várias pessoas, comerciantes e não comerciantes, se uniram para a formação de uma sociedade em nome coletivo. Indicar alternativa correta:
- a) Todos os sócios podem participar da firma social e são todos responsáveis solidariamente.
 - b) Somente os sócios comerciantes podem participar da firma social e são responsáveis solidariamente. Os sócios não comerciantes são subsidiariamente responsáveis.
 - c) Somente os sócios comerciantes podem participar da firma social, mas a responsabilidade solidária é de todos.
 - d) A responsabilidade de cada sócio será proporcional à cota capital subscrita. Todos podem participar da firma.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 39) Concedida ordem mandamental em mandado de segurança a autoridade impetrada nega-se ao cumprimento. Indicar a alternativa correta:
- a) responderá por crime de desobediência.
 - b) deve o impetrante usar da reclamação.

- c) deve o impetrante representar contra a autoridade recalcitrante.
d) deve o impetrante usar do recurso próprio conforme a preceitua a lei.
- 40) "A" teve negada a segurança que impetrara contra a autoridade "Y" sob o argumento de falta de prova que indicasse a existência de direito líquido e certo. Indicar alternativa.
- a) poderá ajuizar novo mandado de segurança e requerer a instrução probatória em primeiro grau.
b) houve trânsito em julgado e não poderá usar novamente da segurança.
c) poderá agora usar da ação cautelar.
d) a decisão do mandado de segurança não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- 41) "A" propôs ação popular contra ato do Prefeito da sua cidade que reputou lesivo ao interesse público. A ação fora julgada improcedente. O autor da ação conformou-se com o resultado e não recorreu. Todavia, o seu vizinho, que havia votado no Prefeito, resolveu recorrer da sentença que reputava injusta. Indicar alternativa correta.
- a) Só pode recorrer quem participou da ação (limite subjetivo que comporá a coisa julgada).
b) O vizinho não pode recorrer porque existe o duplo grau de jurisdição obrigatório.
c) O vizinho tem legitimidade para recorrer.
d) Somente o Ministério Público terá legitimidade para recorrer.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 42) Servidor público em exercício de mandato eletivo de Prefeito. Contagem do tempo e remuneração.
- a) Receberá como servidor e como Prefeito e o tempo de afastamento será contado para promoção por merecimento e por antigüidade.
b) Receberá somente como Prefeito e o tempo será contado apenas para promoção por antigüidade.
c) Ser-lhe-á facultado optar pela remuneração de servidor ou de Prefeito e o tempo será contado somente para promoção por antigüidade.
d) Receberá somente como Prefeito e o tempo será contado para promoção por merecimento e por antigüidade.
- 43) Poder Executivo - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas. Competência em âmbito federal.
- a) Do Presidente da República baseado no princípio da oportunidade e conveniência.
b) Do Presidente da República baseado no princípio da oportunidade e conveniência, mas com o referendo do Tribunal de Contas da União.
c) Do Presidente da República baseado no princípio da oportunidade e conveniência, mas com o referendo do Congresso Nacional.
d) Do Congresso Nacional mas com a sanção do Presidente da República.
- 44) De conformidade com o art. 102-I-"a" da Constituição Federal compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo federal ou estadual.
- Pergunta: : qual o prazo para a proposição?
- a) o prazo será decadencial de 120 dias.
b) a ação poderá ser proposta a qualquer tempo.
c) o prazo decadencial é o mesmo da ação rescisória (2 anos).
d) o prazo decadencial será de cinco anos (art. 179 do Cód. Civil).
- 45) Vitaliciedade. Biênio probatório. Juiz estadual que passa para a magistratura federal quando faltavam dois meses para vitaliciar-se. Indicar alternativa correta.
- a) A vitaliciedade se dá na carreira. Logo adquirirá a vitaliciedade após dois meses vez que o Judiciário é uno.
b) A vitaliciedade se dá na carreira e o tempo anterior como juiz estadual não se soma ao de juiz federal.
c) A vitaliciedade não se dá na carreira, por isso que não se conta o tempo anterior de juiz estadual.
d) A vitaliciedade será imediata, posto que nenhum membro do Poder Judiciário poderá ter reduzido o seu salário.

- 46) Antes do advento da Nova Carta Política, juiz federal decidiu contra Consulado de Portugal em reclamatória proposta pelo empregado "A". O Consulado recorreu quando já vigente a nova Constituição. Indicar a alternativa correta:
- a) Recurso Ordinário constitucional para o STF.
 - b) Recurso Ordinário constitucional para o STJ.
 - c) Recurso Ordinário para o Tribunal Regional Federal.
 - d) Recurso Ordinário para o TRT respectivo com possibilidade de Revista para o TST.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 47) Determinada empresa negligenciou quanto às normas-padrão de segurança e higiene do trabalho indicadas para a proteção individual e coletiva. Vários empregados foram acidentados.
- a) A responsabilidade é da Previdência Social.
 - b) A responsabilidade é somente do empregador.
 - c) A responsabilidade é penal do empregador e civil da Previdência Social solidariamente.
 - d) A responsabilidade é da Previdência que poderá propor ação regressiva contra o empregador negligente.
- 48) O presidiário que exerce atividade remunerada poderá:
- a) contar o tempo de trabalho para aposentadoria.
 - b) ser inscrito na Previdência para que sua família tenha a proteção do Estado.
 - c) receber "auxílio-acidente".
 - d) requerer a anotação da sua "CTPS" para efeitos legais.

DIREITO PENAL

- 49) Crime de Descaminho. Consiste:
- a) na aquisição de mercadoria estrangeira sem documento legal.
 - b) em corromper menor de 14 anos.
 - c) em explorar a prostituição.
 - d) em crime previsto no Código do Consumidor.

DIREITO INTERNACIONAL

- 50) Supremo Tribunal Federal. Sentença declaratória do estado das pessoas. Homologação.
- a) homologação em 48 horas.
 - b) homologação em 72 horas.
 - c) homologação em 30 dias.
 - d) independe de homologação.